

[cumprimentos]

A igualdade de género é, inquestionavelmente, a pedra basilar de uma cidadania verdadeiramente participativa, um dos alicerces do edifício democrático nacional, um desígnio da humanidade na edificação de uma sociedade plena de direito.

Construir uma comunidade assente na igualdade, pugnar por um mundo de homens e mulheres livres, inteiros, parceiros insubstituíveis de uma cidadania consciente e de uma modernidade partilhada é a nossa missão, a missão de qualquer instituição democrática.

Efetivamente, a equidade entre homens e mulheres e a não discriminação são valores cruciais, princípios angulares da Constituição Portuguesa, reconhecidos pela União Europeia há mais de cinco décadas nos principais documentos políticos estratégicos, como sendo vitais para a prosperidade plena de qualquer nação. “Sem igualdade e igualdade com todos não há paz” vaticinou o Padre António Vieira, considerando, já no século XVII, a igualdade como condição primeira das sociedades democráticas. Volvidos quatro séculos a demanda pela igualdade mantém-se. A sua permanente violação também.

Vinte anos depois da Plataforma de Pequim, sob a aparência de que muito se fez, a discriminação persiste nas mais diversas áreas. Os mais recentes dados estatísticos confirmam a persistência de um mercado laboral visivelmente desigual em Portugal, com assimetrias que atravessam todas as fases da vida do contrato de trabalho, desde o recrutamento, à progressão na carreira, à remuneração e à cessação da

relação laboral, com evidentes laivos de segregação horizontal e vertical.

Minhas senhoras e meus senhores há que alterar esta realidade. Há, sobretudo que **lutar pela alteração do paradigma atual** que replica o sistema de representações socialmente construído de acordo com o sexo, votando homens e mulheres a uma segregação entorpecedora, originando uma persistente reprodução de desigualdades de género. Esta não é uma meta para o futuro, é um imperativo para hoje, pois tal como afirmei anteriormente, só **numa comunidade que a iguais direitos some igual acesso aos mesmos**, poderemos atingir, de forma plena, as imagens de futuro de um Concelho pautado pela excelência democrática, proporcionando um bem-estar pleno aos nossos munícipes.

É, portanto, com enorme orgulho, que um ano após a **assinatura do Protocolo de Cooperação entre este Município e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, hoje aqui me encontro, para a, **apresentação do Plano Municipal para a Promoção da Igualdade de Género. Somos, por excelência, a primeira autarquia dos Açores a adotar este plano.**

Há um ano atrás, no momento de assinatura do protocolo, firmei o meu desejo de que esta fosse uma “parceria profícua e duradoura, não se limitando ao papel, mas que se consubstanciasse na prática para benefício dos homens e mulheres desta terra”. Hoje colhemos os primeiros frutos desta parceria. Este plano, resultante de uma minuciosa análise à cultura organizacional desta autarquia enquanto entidade empregadora, constitui-se como o instrumento de Política Local, que irá estabelecer a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixando os objetivos a curto, médio e

longo prazo, bem como, as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação e que define os recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução, integrando a dimensão da igualdade de género em todas as fases do processo de decisão política.

Só através do conhecimento profundo da nossa realidade, com base num diagnóstico das necessidades, prioridades e recursos, através de uma metodologia interdisciplinar e multidimensional, implementando verdadeiramente o *mainstreaming* de género, foi possível criar este documento, que nos permitirá atuar de forma ajustada e eficaz, numa ótica abrangente e integradora, para uma maior coesão social. Para a sua elaboração foi constituído um grupo de trabalho coeso liderado pela Lisa Melo, Conselheira Municipal Para a Igualdade de Género apoiada pela Carla Dias, Cláudia Madruga, Emanuel Vidal, Lilia Leal, o Ruben Silva e Tânia Sousa. Da ação social à comunicação, passando pela área dos recursos humanos esta é uma equipa heterogénea, multidisciplinar e multidimensional, abrangendo todas as esferas de atuação, de forma a reforçar a consolidação de uma efetiva igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras, visando uma melhor e mais fortalecida cidadania, que se exige paritária. Mas, meus amigos, não é só no universo laboral que as assimetrias de género são gritantes. Nos lares é evidente uma afetação não equitativa das responsabilidades familiares e domésticas entre homens e mulheres e um escasso gozo pelos homens dos seus direitos de parentalidade. Com efeito, é no contexto familiar que as acentuadas desigualdades entre sexos se avolumam, estando na génese de um dos mais graves problemas da nossa sociedade, a violência doméstica, um

dos maiores flagelos da humanidade, **gerando mais mortes, no universo feminino, que o cancro ou os acidente de viação.**

Em Portugal, **a violência doméstica ceifou, no último ano, quase quatro dezenas de vidas**, numa silenciosa e crescente espiral de maus tratos, que peca pela escassez de dados, pois neste valor não estão incluídas as crianças e os idosos, que todos os anos sucumbem às agressões infligidas por um agressor sem escrúpulos, colocando o nosso país no topo mundial da lista negra da violência no seio familiar, nos seus lares, precisamente no local onde as pessoas deveriam sentir-se em plena segurança. É crucial atuarmos também no seio da nossa comunidade, fomentando política públicas que invertam esta crescente espiral de violência, segregação e disparidade de géneros.

Ciente desta realidade, o grupo de trabalho está já a preparar a vertente externa do Plano Municipal da Promoção da Igualdade de Género, procedendo de momento à análise social do concelho, com a aplicação de inquéritos em todas as freguesias. E, perante vós, assumo que este será um trabalho prioritário. Pretendo que a radiografia social do Concelho esteja concluída o mais breve possível, por forma a implementarmos a vertente externa do Plano Municipal, o mais rapidamente possível.

Meus amigos, no dealbar do século XVIII, **Rousseau** defendia a igualdade como condição *sine qua none* das sociedades ditas democráticas, condicioná-la seria hipotecar a liberdade efetiva de qualquer nação. Efetivamente, só alicerçada na equidade será possível construir uma comunidade verdadeiramente inclusiva e justa, pois tal como afirmou Ban Ki-Moon, há um ano, no dia 15 de Setembro, **Dia Internacional da Democracia**, “onde as sociedades não são inclusivas, onde os governos não são sensíveis e responsáveis, a paz, a

igualdade e a prosperidade compartilhada não têm lugar”. Se não formos nós a construir este novo mundo, será quem? Se não for hoje, será quando? Começemos hoje, começemos agora a esculpir um amanhã de esperança renovada. É isto que nos é exigido enquanto homens e mulheres, é isto que a nossa comunidade nos exige como cidadãos!

Muito obrigada!

Bem hajam!